



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS  
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

(Gênero, Família, Políticas Públicas)

**TEMPLATE - RESUMO EXPANDIDO – Apresentação PÔSTER**

**Infância e adolescência em Goiânia no século xx**

Josiene Camelo Ferreira Antunes<sup>1</sup>  
Daniela Kedna Ferreira Lima<sup>2</sup>

**1. INTRODUÇÃO**

Buscaram-se nesta breve pesquisa, alguns acontecimentos importantes que nortearam a infância e adolescência em Goiânia no século XX. Recorreu-se as pesquisas bibliográficas de alguns programas e projetos que existiram no século XX em Goiânia que versam sobre esta temática. Recorreu-se também as publicações, decretos e leis municipais que falam sobre a história da infância em Goiânia, os relatos e documentos são poucos, mais conseguem expressar como foi essa época na então Capital Goiana. Os relatos dos fatos, bem como datas foram pesquisados em duas dissertações de mestrado. Relata-se que em 1969 foi feita a recomendação de criação da Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário-FUMDEC dentro do Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia (PDIG), e sua efetiva instalação ocorreu em maio de 1974, em plena ditadura militar. Segundo Miguel (1989), esta Fundação buscava institucionalizar a assistência social em Goiânia desde meados da década 1970.

---

<sup>1</sup>Assistente Social, Coordenadora da equipe de Serviço Social do Hospital Estadual de Aparecida de Goiânia- HUAPA. Especialista em Urgência e Emergência pelo Instituto Superior de Educação Ateneu - ISEAT (2018). Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC/GOIÁS (2019) E-mail: josieneantunes@hotmail.com

<sup>2</sup> Assistente social, Residente multiprofissional em saúde em Urgência e Emergência no Hospital das Clínicas HC-UFG/EBSERH Goiânia (2019-2021). Especialista em Gênero e Diversidade na Escola pela Universidade Federal de Goiás/ Regional Catalão (2015). Especialização/Residência em Hematologia e Hemoterapia pela Universidade Federal de Goiás (2019). E-mail: danylima\_@hotmail.com



## 2. INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA EM GOIÂNIA NO SÉCULO XX

De acordo com o autor (ALMEIDA, 2010) no mandato do Prefeito Iris Rezende Machado (1966-1969), nessa conjuntura citada acima, aparece à criação da instituição FUMDEC como prioridade de curto prazo, no Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia - (PDIG), ainda que não fosse dele a sua autoria. A FUMDEC foi instituída como fundação pela Lei n. 4.655 de 30 de dezembro de 1972, no governo municipal de Manoel dos Reis - (1970-1974). Cabe destacar que somente em 1974 suas ações foram efetivadas, conforme decreto n. 134 de 4 de março de 1974.

Podemos perceber melhor esse processo na fala de um dos integrantes da FUMDEC no período de 1972 a 2001 que conhece bem a história daquela Fundação e participou ativamente nesta instituição:

Nos anos de 1972 e 1973, eu realizei um estágio não remunerado no Programa Prefeitura nos Bairros, da Prefeitura de Goiânia, fazendo pesquisa de opinião popular sobre o impacto deste programa junto às populações atendidas por ele. Sempre houve o compromisso da equipe técnica e da coordenação do programa que assim que formasse, eu seria contratado pela Prefeitura. Em abril /maio de 1974, nos últimos dias da gestão do então Prefeito de Goiânia, Dr. Manoel dos Reis e Silva, ele decidiu instalar a FUMDEC, nomeando a sua esposa como Presidente. Parte significativa do corpo técnico do Programa Prefeitura nos Bairros, especialmente as assistentes sociais, foram lotadas na nascente FUMDEC, cuja sede localizava-se na Vila Nova, área do Bosque Mutirama (Entrevistado 1, Entrevista: 15/10/2009) (ALMEIDA, 2010, p.76).

É possível identificar nas dissertações que existiu alguns programas e projetos, todos pontuais e assistencialistas direcionados para infância e adolescência em Goiânia, estes os narram com datas de possíveis início e fim (de 1987 a 1995), nesse período encontram-se descritos de acordo com (ALMEIDA, 2010) :Programa 1 - Recriação (1987); Programa 2 - Atendimento ao Menor de 0 a 6 anos (1989); Programa 3 - Implantação de Creches em Bairros carentes de Goiânia (1990); Programa 4 - Atendimento à Criança e Adolescente em Goiânia (1993); Programa 5 - Proteção Especial: crianças em situação de risco social e pessoal (1994); Programa 6 - Brasil Criança Cidadã (1995).

Alguns desses programas não serão destrinchados de forma ampla, o que importou aqui foi trazer rapidamente os que mais tiveram influência neste processo de institucionalização da criança em Goiânia.

No período de 1989 a 1992, durante a gestão do Prefeito Nion Albernaz, a FUMDEC definiu como meta atender inicialmente mil e quinhentas crianças através de trezentas creches domiciliares por intermédio do projeto denominado "*Creche Domiciliar*". Essa modalidade de atendimento refere-se, segundo Rosemberg (1989), a um modo de guarda



da criança pequena por uma mulher em sua própria casa, mediante pagamento, de filhos de outras famílias enquanto os pais trabalham. Uma forma de atendimento respaldado pelos organismos internacionais, que alia baixo custo e mão de obra não qualificada. Afirmativa também destacada pelo Entrevistado 1, na condição de técnico que esteve à frente na Equipe de elaboração de Projetos da Assessoria de Planejamento da FUMDEC, naquele período:

Não se pode deixar de considerar uma solução criada pelas próprias famílias pobres que consistia em delegar a outra pessoa/ família, em especial perto de sua moradia, a guarda de seus filhos e com um pagamento simbólico dentro de seus poucos recursos. Esta modalidade de atenção às crianças em idade de creche em Goiânia, mas também presente em muitas outras cidades brasileiras foi institucionalizada e até estimulada pelos poderes públicos, denominada por “Mãe Crecheira”(ALMEIDA, 2010, p.81).

Podemos observar a via de mão dupla que este projeto de creche domiciliar propunha, nada tinha a ver com responsabilidade do poder público e garantia de direitos de crianças, pelo contrário, incentivava a responsabilidade da família em se organizar dentro dos próprios recursos para pagar alguém para cuidar das crianças enquanto trabalham.

A Febem em Goiás foi instituída pelo Decreto n. 968, em 15 de julho de 1976, seguindo as mesmas diretrizes, estabelecidas também em outros estados, pela Funabem, na implantação de programas e políticas sociais destinados à infância. Tinha como principal objetivo expresso implantar e executar a “política do bem-estar” em todo o estado, desenvolvendo seu trabalho em duas linhas de ação, como já citado: terapêutica e preventiva (Pinheiro, 1994). A primeira, realizou um atendimento mais abrangente: foram 78 programas sócio-terapêuticos contra 26 sócio-preventivos.

Ainda no governo Íris Rezende Machado, a Febem teria nova direção, assumindo a presidência a assistente social Elaine V. Ferreira Costa e a direção do COOJ novamente a pedagoga Divina Duarte. A proposta, nesse período, era separar os menores infratores daqueles de bom comportamento, mas as condições materiais precárias não possibilitaram sua execução. O COOJ decide liberar aqueles considerados de bom comportamento. Essa abertura foi severamente criticada por vários setores da sociedade, incluindo o então Juiz de Menores, Sebastião Ramos Jubé, conforme assinala Pinheiro (1994).

Pinheiro (1994), em seu estudo sobre políticas sociais de Atendimento à Criança e ao Adolescente em Goiás no período de 1979 a 1990 – ou seja, na faixa de tempo que cobre os Governos de Ary Valadão (1979-1982), Íris Rezende (1984-1986) e Henrique Santillo (1987-1990) – refere-se à criação de um internato em Goiás denominado Centro de Observação e Orientação Juvenil–COOJ, em 1972 – antes da existência da FEBEM-GO e



dos programas do governo Ary Valadão, portanto, em 1986 no governo Onofre Quinan, extingue-se finalmente o COOJ.

### 3. CONCLUSÃO

O que conclui-se com esta pesquisa mesmo que em âmbito bibliográfico foi que os programas, projetos e o próprio compromisso com a criança e o adolescente eram sempre pontuais, assistencialistas, punitivos e repressores comum discurso de implantação do “bem-estar”. Tem - se relatos de ações desenvolvidas pela Legião Brasileira de assistência-LBA. Na cidade de Goiânia não há relatos de roda de expostos, encontrou-se muitos decretos municipais no Diário oficial do Município, na época, escritos à mão ou datilografados que reconheciam instituições religiosas e de caridade como de utilidade pública, à exemplo: casa da Criança e da adolescente Talitha KUM, criada em 1998, Lar das Crianças Pai Joaquim fundada em 1973 e funciona até os dias de hoje.

### REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Renato Barros de. **Concepção de infância e criança em Goiânia sob o olhar da assistência social** [manuscrito] / Renato Barros de Almeida. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação, 2010.

ORIOTI, Ivana. **Abandono e institucionalização de Crianças significados e sentidos.** PUC-Goiás, Dissertação de Mestrado, Goiânia-GO, 2004.

Site da prefeitura de Goiânia: Legislações. Disponível em: <https://www.goiania.go.gov.br/>